

SUBVERSÃO OU JUSTIÇA SOCIAL: A AÇÃO CATÓLICA NA DITADURA MILITAR.

Autor: Pablo Francisco de Andrade Porfírio.

Graduando – UFPE.

Introdução

A medida que realizamos nossa pesquisa¹ sobre os vários aspectos constituintes da atuação da Igreja Católica no período do Regime Militar, nos deparamos com novas questões. Dentre as várias questões, a que se refere a classificação da ação de parte do clero como subversão ou justiça social, nos interessou acentuadamente.

Quando estamos trabalhando com os principais jornais de Pernambuco (Jornal do Comércio e Diário de Pernambuco) e procurando ver como foi a repercussão de algumas ações católicas na imprensa, principalmente as ações no campo social, nos deparamos com uma considerável quantidade de textos, cujos argumentos principais visava enquadrar as atividades de parte da Igreja Católica como sendo subversão ou a tentativa de se construir uma justiça social.

O nosso interesse ao trabalhar com esses textos da imprensa não perpassa em descobrir se as ações católicas no período da ditadura foram subversivas ou não. A questão é analisar como foi construída essa disputa discursiva entre os dois grupos formuladores dos discursos, observando o que caracteriza o termo subversão e justiça social para esses grupos.

Ao se tentar entender os discursos dos vários atores sociais, que estavam envolvidos na relação entre Igreja e Regime Militar na década de 60, procura-se compreender uma relação belicosa, onde a inteligibilidade é conseguida através da análise das estratégias e táticas utilizadas pelos grupos formuladores dos discursos.²

Mudanças de uma igreja tradicional

A Igreja Católica na década de 1960 é permeada de novos pensamentos e práticas, as quais possibilitaram renovadas atividades junto aos fiéis. Esses novos pensamentos e atividades, desenvolvidos por parte do clero católico, são caracterizados, notadamente, pelo seu conteúdo social e pela aproximação com a população pobre.

Um dos fatores que contribuiu para essa mudança católica foi o Concílio Vaticano II, realizado de 1962 a 1965 e presidido, inicialmente, pelo então papa João XXIII. Dentre os vários objetivos propostos pelo concílio, podemos ressaltar um, o qual visava estruturar uma maior atuação do clero nos assuntos sociais. Essa atuação perpassaria, notadamente, com a interação das ações dos clérigos às atividades desenvolvidas pelo movimento de leigos católicos.³

O Vaticano II contribuiu para a construção de uma Igreja mais voltada para os pobres. No entanto, não podemos considerar que tal construção foi resultado unicamente das diretrizes do concílio. Temos que pensar também que “esses grandes encontros apontaram na direção do muito que vinha sendo praticado no cotidiano das dioceses e paróquias”.⁴

Dessa forma, movimentos de base e movimentos leigos, como a Ação Católica e a Juventude Católica, desempenharam também um destacado papel nas mudanças desenvolvidas em parte da Igreja Católica do Brasil a partir da década de 60.⁵ Podemos afirmar então que essas mudanças resultaram tanto das influências oriundas da hierarquia como da base católica.

Nesse mesmo período, os militares tomam o poder e definem como uma de suas justificativas para o golpe o combate ao comunismo. A Igreja, que a princípio tinha apoiado o movimento golpista, teve alguns de seus integrantes acusados de serem comunistas, sendo uns presos, uns torturados e outros até mortos.⁶

As mudanças, que atingiram parte da Igreja Católica na década de 60, aproximaram ainda mais o clero e os movimentos populares. Esses movimentos, a partir de 64, já vinham sendo reprimidos pelos militares e nessa situação repressiva a Igreja acabou por se tornar um dos poucos redutos de resistência ao Regime Militar.⁷ Nessa relação entre setores da Igreja e movimentos populares, os militares e parte da sociedade civil identificaram elementos do marxismo e do comunismo nas atitudes e discursos de alguns clérigos. Intensifica-se assim a repressão por parte dos militares sobre esses setores da Igreja, ditos progressistas. A instituição católica, de forma até corporativista, reage a tal situação, formando um conflito intenso entre o Estado Militar e uma considerável parcela do clero.⁸

Um encontro e suas repercussões.

Entre os dias 12 a 14 de julho de 1966, ocorreu no Recife a reunião da Comissão dos Bispos da Regional Nordeste II, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O encontro reuniu preladados de alguns Estados do Nordeste, na Casa de Retiro de Beberibe, e o seu objetivo maior era discutir a elaboração do Plano Regional de Pastoral de Conjunto.

Esse Plano Regional visava discutir as melhores formas de viabilizar as decisões do Concílio Vaticano II na região sob a responsabilidade da Regional Nordeste II⁹. Procurava-se dessa forma criar meios e condições para que a Igreja do Nordeste pudesse realizar as inovações conciliares preconizadas. Para isso se determinou seis linhas de trabalho.

A primeira linha procurava construir uma unidade visível da Igreja, através de uma melhor coordenação dos diversos setores e do povo. Um segundo aspecto referia-se à ação missionária, a qual objetivava promover o conhecimento da salvação, com a adesão a Jesus Cristo. Uma terceira linha abordava a ação catequética, que proporcionaria um maior conhecimento a doutrinários e uma maior reflexão teológica. A reforma litúrgica é abordada em um quarto tópico.¹⁰

Uma quinta linha de trabalho visava promover a ação ecumênica. Essa se interliga com a sexta e última parte, a qual buscava formular meios e condições para uma melhor inserção e atuação do povo cristão, especialmente dos leigos, que seguindo os desígnios de Deus, promoveriam a construção de um mundo mais humano e mais justo.¹¹

Cada uma dessas linhas apresentava correspondência com um plano de âmbito nacional dirigido pela CNBB, mas também tinha elementos oriundos das iniciativas, necessidades e possibilidades da própria região.

No transcorrer do encontro, além dos bispos discutirem as seis linhas de trabalho, eles também receberam e discutiram um manifesto da Ação Católica Operária. Esse texto, dos leigos católicos, procurava mostrar de forma denunciativa a situação dos trabalhadores do Nordeste, ressaltando a exploração e a repressão realizadas pelos empregadores.¹²

Em resposta ao texto da Ação Católica Operária, os bispos lançaram um manifesto nacional através do qual apoiavam o movimento dos leigos católicos, como também ratificavam as suas reivindicações¹³.

Diziam os bispos:

“(...) não pode haver desenvolvimento ou promoção onde não se coloca o homem em primeiro lugar. Onde se desprezita a pessoa humana, onde não se tem as vistas voltadas para o bem comum ou não se defende a igualdade essencial de todos os homens, não existe desenvolvimento, nem cristianismo.”¹⁴

Para os bispos, documentos como esse era apenas um instrumento para se tentar promover a construção de uma justiça social. Além disso, para eles, as idéias expostas no manifesto estavam de acordo com uma nova visão de fé estabelecida pela “doutrina social da Igreja internacional”¹⁵, onde a atenção com o social era privilegiada.

Os militares em sua maioria, no entanto, se manifestaram contrários ao documento dos bispos e proibiram a publicação do mesmo. Além disso, as autoridades militares do Recife acusaram Dom Hélder Câmara de ser um comunista subversivo e o ameaçaram de prisão.

Esse tipo de situação exemplifica aquilo que falamos no tópico anterior sobre a aproximação de parte da Igreja com os movimentos populares e de leigos católicos e a intensificação da repressão do Regime Militar sobre o clero.

No decorrer do ano de 1966, o que se nota, principalmente na imprensa, é um conflito, identificado em vários textos, entre as pessoas que entendiam as ações do clero, incluindo o Manifesto dos Bispos, como sendo uma tentativa de se construir uma justiça social e outras pessoas, as quais compreendiam as práticas dos clérigos como sendo um ato subversivo.

O conflito das idéias

A repercussão do Manifesto dos Bispos na imprensa de Pernambuco se constitui em um exemplo do conflito entre a construção de uma prática discursiva de justiça social e de subversão.

Quando os bispos afirmam em seu manifesto;

“(...) Recomendamos a todos os trabalhadores que, apesar das dificuldades da hora presente, continuem confiando em seus sindicatos e prestigiando suas associações (...) Somente pela união de todos será possível a defesa dos interesses coletivos (...)”¹⁶

Podemos observar nesse trecho do manifesto, que os bispos recomendavam a organização e o fortalecimento dos movimentos populares, cuja realização se daria através dos sindicatos e das associações representantes dos trabalhadores.

No entendimento de setores do clero e da sociedade civil, essa mobilização junto aos trabalhadores pobres rurais e urbanos consistia na busca por uma justiça social, enquanto que para a maioria dos militares e uma outra parte da sociedade, a atitude dos bispos era entendida como uma agitação das massas e por isso era considerada subversiva.

Ainda sobre o Manifesto dos Bispos, no mês de agosto de 1966, travou-se uma acentuada discussão na imprensa, sobre o seu caráter subversivo ou não, entre o professor e sociólogo Gilberto Freyre e o arcebispo de Recife e Olinda Dom Hélder Câmara.

Gilberto Freyre escreveu um artigo intitulado “A propósito do Manifesto dos Bispos”, onde procurou mostrar elementos que julgou como sendo um equívoco e uma contradição no texto dos religiosos, ressaltando principalmente o envolvimento do clero com a política.

Diz Freyre em seu texto:

“(...) parece haver, por vezes, - ilusão, com certeza – no eminente Arcebispo Hélder Câmara, antes um ideológico-político, a serviço indireto de uma causa política, que se está utilizando nacional e internacionalmente dele, do que um

sacerdote, apenas sacerdote a serviço da Igreja e identificado profundamente com o Brasil.”¹⁷

Nesse trecho, utilizando-se principalmente da figura de Dom Hélder, Gilberto Freyre procurou, até ironicamente, insinuar que a ação de parte do clero católico era uma atitude “ideológica-política”, a qual pretensamente seria comunista e subversiva, pois no mesmo artigo ainda afirma o professor Freyre:

“(...) perigosa politização que poderia fazer do catolicismo brasileiro, linha auxiliar do Comunismo, senão internacional, russo-soviético.”¹⁸

Em relação a tais questionamentos, o arcebispo Dom Hélder Câmara responde com uma carta vinculada na imprensa nacional. Sobre a politização, possivelmente comunista do catolicismo brasileiro, o arcebispo afirmou que:

“(...) Há um anticomunismo estreito, deformado, deformante, que importa em propaganda comunista. Agem, assim, entre outras: - os que chamam de comunista todo aquele que, embora sem a menor filiação ao partido ou à ideologia comunista tem fome de verdade de justiça, de promoção humana e social (...)”¹⁹

Dom Hélder defendia a idéia de que o seu trabalho, como também o de parte do clero do Brasil buscava por justiça, por promoção humana e social. Essa busca seria classificada como uma política subversiva, segundo Dom Hélder, porque o anticomunismo que se aplicava no país, incluindo o defendido por Gilberto Freyre, considerava comunista todos aqueles que, mesmo sem a filiação partidária ao PC, desenvolviam um movimento de reforma social.²⁰

Gilberto Freyre ainda lança nos jornais uma resposta a carta de Dom Hélder Câmara, a qual considerou “uma epístola mais política do que apostólica”.²¹

Falando sobre a questão do trabalho no campo social, o sociólogo afirmou que;

“Tão pouco discordo do Manifesto dos Bispos. Ao contrário louvo-o rasgadamente. Só lamento o retardamento com que suas excelências trouxeram seu apoio à luta em que alguns de nós há tanto tempo nos empenhamos, a favor de uma autêntica revolução social – não sangrenta é claro, nem orientada por agentes comunistas – no Nordeste e no Brasil.”²²

Para Freyre, assim como para parte da sociedade civil e para a maioria dos militares, esse envolvimento de uma parcela do clero do Brasil com os movimentos populares, os quais já tinham sido reprimidos por serem considerados subversivos, era algo que tornava esse setor da Igreja Católica um grupo perigoso, pois ele representava uma ameaça política maior a ditadura do que as guerrilhas ou qualquer outro grupo.²³

Aquilo que ameaçava de alguma forma o governo militar e os seus projetos políticos, com freqüência era enquadrado como sendo algo subversivo. A Igreja do Nordeste, em sua maioria, tornou-se uma ameaça ao Regime Militar, pois através de seus manifestos, por exemplo, questionava a situação social e política do país, a qual estava sendo dirigida pelos militares.²⁴

Esse perigo representado, para os militares, por parte do clero é identificado em um dos documentos que o Dops-PE produziu avaliando a atividade católica e sugerindo uma ação dos militares

*“(...) à luz de documentos que comprovam a atividade subversiva e terrorista desses bispos e padres contra a própria Igreja e governo brasileiro, pois entre os inimigos do governo revolucionário o setor da Igreja-Marxista, no momento é o atuante mais perigoso”.*²⁵

Considerações finais

Na década de 60, principalmente após o golpe militar, as expressões subversão e justiça social referiam-se a um amplo espectro de interpretações que constituíam as táticas e estratégias envolvidas no conflito entre a Igreja Católica e o Estado Militar.

Justiça social significava para setores da Igreja a tentativa de se alcançar uma maior igualdade social, ressaltando-se os direitos humanos e democráticos. Alguns católicos tentavam alcançar a justiça social utilizando-se comedidamente dos preceitos papais, enquanto outros visualizavam até a possibilidade da implantação de um socialismo.²⁶

O termo subversão era empregado pelos militares tanto para ações revolucionárias, como também para qualquer ato ou movimento que fizesse oposição ao governo e questionasse o status quo.²⁷

No conflito entre Igreja e Estado a estratégia discursiva utilizada pelos dois grupos visava conseguir colocar em prática os projetos que cada um tinha. A primeira desejava proporcionar uma justiça social através de um trabalho junto aos mais pobres. O segundo queria assegurar o país livre da presença comunista.

Dessa forma, setores do clero e do estado tinham uma prática discursiva de acordo com os seus projetos. Porém, esses projetos eram conflituosos e assim seus discursos também. A grande questão que se tentou resolver no período militar era: “onde termina a justiça social e começa a subversão?”²⁸

Tal questão não foi resolvida. O conflito entre a justiça social e a subversão que se perpassava na esfera teórica passou para o lado prático, principalmente, a partir de 1968 quando as repressões e as torturas atingiram níveis muito violentos.

Notas

¹ Nossa pesquisa consiste no projeto “A Atuação da Igreja no campo social e sua repercussão na imprensa no ano de 1966”, financiado com bolsa de iniciação científica pelo Pibic/CNPq.

² FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 03.

³ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 99.

⁴ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Arquiteto da Memória. Nas trilhas dos sertões de Crateús*, p. 6.

⁵ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985, p. 28.

⁶ MONTENEGRO, Antônio Torres. *Igreja Católica e Política. Padres Transnacionais e suas práticas no Nordeste do Brasil (1960-1970)*, p. 02.

⁷ LOWY, Michael. *A Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 150.

⁸ Idem

⁹ Em 1964, a CNBB criou treze regionais que se encontravam distribuídas por todo o território brasileiro. O Nordeste do Brasil ficou sob a responsabilidade da Regional Nordeste I e II. Pernambuco estava alocado na Regional Nordeste II que tinha em Dom Hélder seu principal expoente. As regionais acabaram por ser importantes espaços para o debate de questões sociais.

¹⁰ Boletim arquidiocesano. Julho/agosto de 1966. p. 01

¹¹ Idem

¹² CIRANO, Marcos. *Os caminhos de Dom Hélder. Perseguição e Censura (1964-1980)*. Recife: Ed. Guararapes, 1983, Vol. II, p.21-26

¹³ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 118

¹⁴ Diário de Pernambuco. 19 de julho de 1966. p 03

¹⁵ MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 118

¹⁶ Diário de Pernambuco. 19 de julho de 1966. p 03

¹⁷ Jornal do Comércio. 21 de agosto de 1966. p. 04

¹⁸ Idem

¹⁹ Jornal do Comércio. 25 de agosto de 1966. p. 03

²⁰ ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do Povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968, p. 15

²¹ Jornal do Comércio. 21 de agosto de 1966. p. 04

²² Idem

²³ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 21

²⁴ Ibidem p. 269

²⁵ “Igreja e ação Católica Operária.” Dops-PE. Doc nº 282-D/2ª parte

²⁶ SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra. Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 239

²⁷ Ibidem. p. 240

²⁸ Ibidem. p. 239